

## OLIGARQUIA, CORONELISMO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Maria Érica de OLIVEIRA LIMA  
Professora no Curso de Comunicação  
das Faculdades Adamantinenses  
Integradas

### RESUMO

*Este artigo aborda uma questão cultural no Brasil: a oligarquia - famílias que detêm o poder local, inclusive dos meios de comunicação - e o coronelismo - sistema de modelo social que concentra poder nas mãos de poderosos. Nesse contexto, os meios de comunicação representam uma grande arma para a divulgação de idéias partidárias e para a manutenção do poder já conquistado. Pelos meios de comunicação, o sistema coronelista se modernizou, surgindo, a partir daí, o neo-coronelismo, no qual o poder não está mais na terra - agrária - mas nos meios de comunicação - rádio, TV, jornal.*

**Palavras-chaves:** Oligarquia. Coronelismo. Poder. Meios de comunicação.

### ABSTRACT

*This article focuses a Brazilian cultural issue: oligarchy - families that hold local power, including the means of communication - and "coronelismo" - a social pattern that concentrates power in the hands of dominating people. In this context, the means of communication represent a huge weapon to spread political ideas and to maintain the already*

*conquered power. Through means of communication, the "coronelist" system has been update, giving rise to "neo-coronelismo", in which power is no longer centered on the land-agricultural - but on means of communication - radio, TV and newspaper.*

**Key words:** *Oligarchy. "Coronelismo". Power. Means of Communication.*

## Introdução

De acordo com o dicionário Aurélio, *oligarquia* significa "governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família" ou "predomínio de pequeno grupo na direção dos negócios públicos" (Ferreira: 1995). Com relação às famílias brasileiras, Nestor Duarte declarou, em 1939, que "o poder no Brasil sempre se manteve na esfera privada da família, uma instituição que nutria profunda hostilidade para com o Estado" (Graham, 1997: 20). Portanto, desde muito cedo, em nosso país, as famílias tradicionais estiveram sempre à frente do poder, tanto econômico quanto, principalmente, político. Esse clientelismo constitui a "trama de ligação da política no Brasil desde o século XIX, que sustentava virtualmente todo ato político" (Graham, op.cit.: 15). O clientelismo vincula-se às estruturas sociais e econômicas. Significa não só o preenchimento de cargos governamentais, mas também a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra. "No Brasil do século XIX esses dois tipos de clientelismo entrelaçavam-se por meio das eleições - em dois níveis: local e nacional" (Graham, op.cit.:16).

De qualquer forma, o Estado sempre foi cúmplice desse sistema. O que Faoro (1977) denomina de "estamento" pode ser compreendido como "um grupo, comunidade restrita e selecionada, que provê a sociedade de sua concepção no mundo, unificando as tendências e as correntes em curso numa constelação coerente de idéias, sentimentos e valores. Estamento será seu conceito, quer se domine elite, classe dirigente, classe política, *intelligentsia*".

Historicamente, nosso país sempre esteve dominado por uma elite - "classes que negociam"- e o Estado, denominado "estamento". "Os estamentos governam, as classes negociam" (Faoro, 1977). Portanto, essa classe selecionada era sempre a escolhida pelo governante - "livremente recrutada, uma comunidade - patronato, parceria, oligarquia, como quer que a denomine a censura pública - manda, governa, dirige, orienta, determinando, não apenas

Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação

formalmente, o curso da economia, mas também as expressões da sociedade” (Faoro, 1977).

## O sistema coronelista

O poder em regiões periféricas - em relação ao pólo dinâmico da economia - esteve, até muito recentemente, marcado pela presença de lideranças (ou chefes políticos) ou grupos organizados em torno desse mesmo chefe. “Grupos e redes de parentesco, de ‘amizade política’ e de identidades territoriais são as unidades principais de mobilização política que permeiam as estruturas formais do poder, tais como os partidos, as instâncias decisórias e o aparelho burocrático” (Lemenhe, 1995: 25). É correto afirmar que a vinculação à organização sócio-política que prevaleceu no Brasil, principalmente no Nordeste, apresenta características semelhantes identificadas por O’Donnell (1976) para o conjunto da América Latina em sua etapa pré-industrial.

*...a forma principal de articulação da sociedade e de vinculação desta ao Estado é o clientelismo. Clientes e patrões se conectam mediante uma rede de relações sociais nas quais, por sua vez, os patrões de nível mais baixo se agrupam clientelisticamente ao redor de outros, de nível mais alto até chegar ao Estado, ponto de confluência de confederações de patrões... o Estado, embora tenda a ser autoritário e a projetar uma imagem de força como ‘patrão dos patrões’, mostra pouca penetração na sociedade civil, restringindo-se quase sempre ao que pode fazer por intermédio de coalizão de patrões, que parcelam o controle efetivo do território... [e] ...as classes se atomizam ao redor dos sistemas clientelísticos... (O’Donnell, 1976: 24).*

Nos estudos que abordam as relações de poder no Brasil, definidas como tradicionais e locais, isto é, que ocorrem no espaço do município ou do estado, poderemos citar os estudos realizados por Carone (1973), Faoro (1975), Queiroz (1976) e Leal (1978). Todos eles apresentam a literatura básica para entendermos o processo do coronelismo no Brasil. Assim, como explica Lemenhe, “vai-se encontrar ainda que com diferentes ênfases, a tese de que o exercício pessoal do poder encontra terreno para florescer numa ordem econômica na qual as atividades produtivas de base agrária são dominantes, e configuradas como não capitalistas. Coronéis e oligarcas são atores políticos que encarnam essa ordem material” (Lemenhe, 1995: 26). “Na experiência

histórica brasileira e na literatura especializada, os termos ‘coronel’ e ‘oligarca’ designam chefias e/ou lideranças políticas patrimonialistas que dominam, respectivamente, nas instâncias do poder municipal e estadual” (Lemenhe, 1995: 27).

Os autores citados desenvolveram alguns argumentos complementares e diferenciados.

Victor Nunes Leal (1993) concentra sua análise no período que antecede a expansão industrial brasileira dos anos 50. Explica que a sobrevivência do coronelismo ocorreu pela convergência da base econômica dos municípios interioranos ao poder dos proprietários de terra. Devemos lembrar que esses proprietários já estavam na fase decadente da economia. Lemenhe (1995), citando Leal (1993), lembra que “essa dupla debilidade, ao mesmo tempo que coloca os chefes políticos locais (os coronéis) na dependência das lideranças políticas estaduais (os oligarcas), opera como instrumento de reprodução dessas, configurando o processo que o autor denomina ‘política de compromissos’, na qual coronéis e oligarcas são expressões, a um só tempo, do poder privado e do poder público”. Por isso mesmo, “o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (Leal, 1993: 20).

*O coronelismo é uma organização política e social e, ao mesmo tempo, a adaptação e o ajustamento dessa organização a uma nova e crescente ordem social, política e econômica. De coronéis da Guarda Nacional - poderosos homens, patenteados como líderes militares, mas a quem permitia-se a liderança política porque a econômica já o tinham - a coronéis da política, percorreu-se uma distância que significou a relativa decadência do poder desses homens. Sua imponência, riqueza, ostentação muito significava para o pobre e limitado sertanejo, cujos referenciais de comparação eram os limites de sua miséria, fome e insignificância social. Frente a isso, seria suficiente apresentar uma influência social capaz de interceder, por exemplo, por uma consulta médica ou um punhado de remédios, poder fazer refeições diárias e ter seu próprio pedaço de terra para já ser considerado um poderoso senhor pelo homem pobre do campo (Leal, 1993).*

Ainda na análise sobre o sistema coronelista, acompanhando o raciocínio de Leal (1993), podemos considerar que existe um compromisso

Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação

entre o poder público e os próprios coronéis. Para Ferreira (1994: 19), “significava concessões parciais: o poder privado que já não poderia decidir sozinho sobre uma determinada região e a população ali residente, e o poder público que não lograria alcançar a mesma capacidade de influência sobre aquela região sem ter como interlocutor as lideranças locais. Assim, enquanto concede ao poder privado do coronel a necessária autonomia local, o silêncio do poder judiciário, a omissão da força policial ou a liberação de verbas para ações no município conforme solicitação do líder ou de seus indicados, o poder público ganha em troca a segurança de sua permanência como tal. Ambos, estão limitados por processos de mudança social como a fragmentação do poder e do controle decisório em três esferas (executivo, legislativo e judiciário), a institucionalização do voto não mais censitário, a configuração representativa no exercício do poder público. O que fortalece essa liderança é a exclusão do terceiro elemento - a grande massa populacional de homens do campo, a quem foi dado o direito do voto, mas negado o direito da cidadania”.

Leal (1993) ainda explica que a “sobrevivência do coronelismo dependerá do nível de atividade urbana do município, do seu isolamento em relação ao processo de desenvolvimento industrial e modernização da sociedade”. Portanto, podemos compreender que o Nordeste brasileiro é uma região ideal para manutenção do coronelismo, já que muitos municípios permanecem solitários em relação ao poder do Estado (capital) e ao desenvolvimento industrial.

O Estado mantém contato com os municípios apenas para troca de favores políticos, assim podendo manter o processo coronelista. Para Leal, “a política dos ‘coronéis’ consistia precisamente na reciprocidade: cartabranca, no município, ao chefe local, em troca de seu apoio aos candidatos bafejados pelo governo do Estado” (1993:20).

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), a questão do coronelismo está entre a dominação pessoal e as bases familiares dessa forma de poder. Lemenhe (1995: 27), citando a autora, explica que “uma das instâncias de reiteração do ‘mandonismo local’ está ligado ao sistema de valores típicos de sociedades agrárias, isto é, a informalização (ou não institucionalização) das relações sociais que permeiam as relações interpessoais gerais e, particularmente, as políticas”.

Então, entendemos que tanto para Leal (1993) quanto para Queiroz (1976) a questão do coronelismo está diretamente ligada à força preponderante que exerce a estrutura local de poder no processo histórico brasileiro e, por consequência, no espaço regional.

No entanto, para Carone (1970), o poder coronelístico e oligárquico “se não é invenção da República, nela se fortalece em decorrência do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo”. Podemos, também, citar Raymundo Faoro (1977), que tem como referência histórica o período da “República Velha”. Para o autor, “a reiteração das práticas tradicionais de dominação encontra seus fundamentos no sistema político nacional. Vale dizer, coronéis e oligarcas não são meros resquícios do passado colonial/ imperial, mas, ao contrário, se inscrevem como peças decisivas no jogo de poder nacional no nascimento do regime republicano e, como tal, são legitimados”. A posição de Faoro está ligada ao poder central como um poder superior, por isso, denominado como poder centralizador.

Mais recentemente, Marcel Bursztyn (1985) trabalha com a bipolarização entre as idéias dos autores citados. Ele abre um questionamento sobre a possibilidade desse paradoxo ter origem na força da estrutura do poder local nordestino, “correndo paralela a uma também reconhecida centralização política orientada em nível nacional, por outra região e por outro grupo social”. Defende, portanto, que “não existe paradoxo entre as duas posições; nesse sentido, o poder local não se caracteriza como incompatível com progressiva centralização política” e afirma que:

*a história tem provado e o panorama atual não escapa a essa tendência que há uma enorme interdependência entre os poderes central e local, em cuja essência encontramos os imperativos da legitimação recíproca entre esses dois níveis. Em outras palavras, a tese centralista e a tese localista não são antagônicas, mas, sim complementares.*

Bursztyn (1985) acredita que por meio da natureza autoritária do Estado brasileiro surgem argumentos para afirmar a centralização do poder. Lemenhe (1995: 28), também citando esse autor, explica que “o poder no Brasil, operado desde 1964, simultaneamente ao enfraquecimento do poder local, concorre para a sobrevivência das práticas clientelísticas. Referindo-se ao poder na instância do município, considera (...) que a ação intervencionista do Estado na economia nordestina caracteriza uma tendência”. Então, para compreendermos essa tendência, procuramos nos estudos de Bursztyn a seguinte resposta:

*...caracteriza uma tendência à ruptura do monopólio, em termos políticos do bloco hegemônico tradicional na região. Entretanto, a estratégia adotada pelo Estado representa ao mesmo tempo um mecanismo de reforço dos coronéis. Ou melhor, trata-se de um processo simultâneo em que o Estado inviabiliza parcialmente o*

Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação

*coronelismo ao mesmo tempo que uma boa parcela dos coronéis sobrevivem, graças e apesar do Estado* (1985: 30).

Buscando outras idéias para a prática clientelística, afirma também que: "... a preservação da estrutura tradicional representa uma garantia de legitimidade indispensável do poder central".

Ainda sobre a questão do coronelismo, sob visão de vários autores, um pesquisador francês, Jean Blondel (1957), em seu trabalho de sociologia política sobre a estrutura coronelista, define o coronel pelo seu poder político:

*quando o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande número de eleitores, dá-se a este o nome de coronel, porque outrora ele era com freqüência coronel da Guarda Nacional. O coronelismo é, então, a forma tomada por essa proteção.*

Com base nessa análise, outro autor, Francisco Paulino (1992), conclui que o chefe local ou regional terá seu poder mensurado pelo potencial eleitoral, ou seja, "por aí pode-se dimensionar que o poder político é medido pela quantidade de votos de que pode dispor um chefe local ou regional nos momentos eleitorais".

No entanto, Blondel (1957) acrescenta que a estrutura coronelista apresenta-se em três níveis: "o mando pessoal, chefe político e dominação colegial". Francisco Paulino cita, em *Nordeste poder e subdesenvolvimento*, o seguinte raciocínio de Blondel:

*primeiramente, o 'mando pessoal', em que o coronel domina através de um sistema bem organizado de 'cabos eleitorais', que vão ver os eleitores e transmitem as ordens e os enquadram no dia da eleição. Em seguida, o 'chefe político', dominando indivíduos também de nível e poder, os quais, por seu turno, dominam o eleitorado - forma indireta de poder do ponto de vista do chefe mais elevado, que o torna menos absoluto do que no primeiro caso, uma vez que neste último o chefe não tem certeza total de que recolherá todos os votos. Finalmente, há a dominação chamada colegial, em que cada membro da família domina uma zona, mas como esta permanece unida e como não tem um chefe, a dominação é mais aristocrática do que a monarquia. Passa-se à fase do mando local dentro de um escalonamento do domínio em vários níveis, com o sentido de manter um rígido controle do contingente de eleitores, ponto básico para a interligação política do poder local ao poder central* (1992: 38).

Aproximando ainda mais o sistema coronelista da região Nordeste, Carvalho (1987) faz esta análise:

*...as formas de intervenção do Estado na economia e sociedade nordestinas na vigência do autoritarismo, igualmente, vincula a sobrevivência do mando tradicional na Região ao papel exercido pelas oligarquias nordestinas na legitimação do poder central. Secundárias ao bloco do poder, hegemônico pelo grande capital (nacional e multinacional), elas oferecem fidelidade ao poder maior em troca da preservação de seus interesses: monopolização da terra, verbas federais e controle das instituições do aparelho do Estado.*

Portanto, depois das possíveis justificativas apresentadas pelos diversos autores, desde os clássicos como Leal, Queiroz e Faoro e outros estudos mais recentes, como os de Bursztyn, Blondel e Carvalho, preferimos optar pelo caminho que Bursztyn intitula como “paradoxo aparente”, ou seja “entender certos fenômenos que ocorrem ao nível da região, mormente quando alguns planos e programas apontam com benefícios para alguns grupos sociais e terminam sendo capturados por outros grupos que conseguem usufruir desses benefícios em detrimento dos destinatários (...) Justificando como o processo modernizante implantado pelo Estado, na maioria das vezes, em vez de extinguir as formas arcaicas de produção, acaba se prestando ao fortalecimento da tradicional estrutura regional nordestina” (1985: 19).

Também o argumento de Carvalho (1987) nos parece convincente, uma vez que legitima o poder político pelo do contexto histórico do Nordeste, com base nas indicações de antigas lideranças e/ou herdeiros políticos, apoio de presidentes do período autoritário, vitórias de candidatos representados pela Arena, enfim, nos anos de dominação por famílias ou grupos oligárquicos.

Contudo, já podemos verificar algumas mudanças, transformações no campo social e político do Nordeste. Para o coronelismo permanecer como sempre foi, precisaria estar isolado de toda a realidade social. O coronelismo foi submetido a modificações com o passar do tempo. Os municípios tornaram-se mais próximos das atividades dos grandes centros. O isolamento e centralização do poder dos coronéis aos poucos foram diminuindo. “A entrada de novos personagens na disputa de poder local dividiu o público liderado, criando novos referenciais, como a qualificação profissional, espaço por onde entram o médico e o advogado como figuras de poder em pequenas comunidades. E ainda ascendendo na hierarquia de poder, o comerciante,

Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação

antes um mero aliado do coronel, subindo de posição em função da crescente atividade urbana no município” (Ferreira, 1994: 29).

O processo de esvaziamento do coronelismo tradicional no Nordeste adquire uma nova tendência. As velhas relações de dominação são substituídas por relações de clientela por máquinas políticas e domínio dos meios de comunicação.

Vejamos, porém, como o sistema coronelista tradicional atuava, para depois confrontarmos com uma realidade um pouco mais desenvolvida, sob perspectiva dos meios de comunicação.

### Coronéis e a fidelidade

Os coronéis, além de possuírem grande prestígio e autoridade em seus territórios, nunca estiveram sozinhos em seus empreendimentos. Por toda época, os coronéis sempre foram cercados por leais subalternos, fiéis olheiros, capangas - “valentão posto ao serviço de quem lhe paga, ...cabra, jagunço” (Ferreira, 1998).

Historicamente, o coronel adquiriu influência a partir do Brasil colônia. Como explica Janotti (1981: 20), “vem do Brasil colônia o eixo sobre o qual se estabeleceu a figura do coronel da estrutura de poder no interior do país. O termo surgiu com a doação e compra de patentes de coronéis da Guarda Nacional, criada em 1831 pelo padre Diogo Antônio Feijó, subordinada ao Ministério da Justiça, com dever de impedir e cercear movimentos revolucionários, submeter escravos e homens comuns sem posses às determinações do poder público e do poder privado”. Assim, ricos e poderosos líderes municipais, como fazendeiros, comerciantes e industriais, tornaram-se coronéis patenteados. Com o uso freqüente do título e com o tempo, o termo “coronel” passou a ser estendido para qualquer personalidade que possuía grande poder econômico e político - fosse patenteadou não.

No entanto, de acordo com as reflexões de Ferreira, “a base estrutural que permitiu sua formalização como fenômeno político situa-se antes dessa data. A organização político-administrativa do interior do país herdou da relação com Portugal um caráter autoritário e paternalista, como resultado da simbiose entre o poder central da Coroa e o poder local dos senhores de terra. Ambos dependiam dessa relação. Em nível local, Portugal não poderia contar com outro tipo de poder para controle da arrecadação de impostos e exploração dos recursos que não o instituído pela posse da terra. E a este concedeu a

autonomia necessária para regular a vida interna da Colônia, cuja razão econômica absolutamente agrária justifica a origem do poder rural. Na Colônia, o paternalismo e autoritarismo do poder se reproduzem como reflexo das relações com o Estado português: a intervenção estatal como controle e a concessão subvencionada como limite à autonomia” (Ferreira, 1994: 16).

Para isso, o coronelismo dependia de “pessoas de confiança” para serem cúmplices do sistema. Contudo, dependia de uma moeda forte, para assim comprar a fidelidade de muitos homens. Portanto, eis o surgimento do “tráfico de influências”, ou seja, por meio das relações com o coronel muitas pessoas conseguiam proteção; em troca, dariam ao coronel seu compromisso em apoiá-lo, principalmente no campo eleitoral.

Devemos ressaltar que o acordo com os coronéis não vinha somente da parte do poder público. “As populações que viviam sob seus cuidados estabeleciam relações de fidelidade sincera com o coronel. Ao dever de votar em quem o coronel indicava, correspondia o dever de o coronel defender, ajudar aqueles que votaram. De ambos espera-se fidelidade e lealdade” (Paulino, 1992: 43). O voto representava um compromisso que muitos possuíam diante do coronel. Significava uma credibilidade do eleitor “a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é bem de troca; no segundo, o voto é de afirmação pessoal de uma opinião” (Queiroz, 1976).

O coronel era muito querido pela população rural e pobre. Com certeza, pela falta da representatividade de um poder público, as pessoas não tinham outra alternativa a não ser recorrer ao chefe local, que ao mesmo tempo era chefe político e dono de terras.

*O coronel era o personagem a quem todos recorriam na ausência de um poder público que assumisse formalizadamente a tarefa de fornecer serviços básicos de saúde, vagas para educação, alimentos, transporte ou mesmo pela força da desigual distribuição da posse da terra que obrigava o sertanejo a implorar pelo seu uso. E a ele pediam miseráveis, pobres e mesmo os quase ricos. Quando atendidos, todos se orgulhavam de dever todos os tipos de favores ao coronel (Ferreira, 1994: 20).*

Sobre essas relações entre o chefe e seus subordinados, Victor Nunes Leal (1993) exemplifica com uma lista o tipo de pedidos que chegavam até o coronel:

Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação

*...arranjar emprego; emprestar dinheiro; avaliar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e 'preparar' testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeições; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminho de menores, enfim uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviços, agregados, amigos ou chefes. Quando o chefe local é advogado, médico, escrivão, sacerdote etc., muitos desses serviços são prestados pessoalmente, mediante remuneração irrisória, ou inteiramente gratuitos.*

Portanto, sem precisar recorrer a outras pessoas, o coronel era visto pelo homem do campo como o salvador de muitos problemas, "o benfeitor do município. Luz elétrica, campo de futebol, posto de saúde, escola, estrada, correio, água encanada, todas benfeitorias de alcance e uso público dependem de seu esforço próprio e de seu prestígio particular seja para levantar fundos, seja para somente 'lembrar' ao poder público seu dever para com o município" (Leal, 1993).

Hoje, já existe uma nova liderança econômica nordestina que se situa politicamente no campo de oposição às oligarquias agrárias: o empresário regional, o político-empresário, principalmente, atuando na área de comunicação. "A lógica de dominação no meio rural fundada sobre o clientelismo, a violência, o paternalismo, o mandonismo local, o curral eleitoral não é mais a única possível e existente. Novas relações entre classes sociais surgem e se estabelecem como alternativa à primeira" (Ferreira, 1994: 59). Parte das lideranças que mantinham sua sustentação nas formas anteriores de dominação se adaptaram aos novos tempos, tornando-se empresários, industriais, mas mantendo relações diferenciadas com seus dependentes, porém, ainda conservando parte da lógica do sistema coronelista tradicional. Mudam-se as relações, porém as oligarquias continuam.

No campo da comunicação, o jornal *Correio da Bahia*, nosso objeto de estudo, encontra-se modernizado e profissional. No entanto, mantém o perfil oligárquico.

## Coronéis e as eleições

Qual o período mais favorável ao coronel? Depois das várias pesquisas, podemos citar que as eleições sempre foram o momento ideal para o coronel demonstrar sua força. De acordo com Ferreira (1994: 22), “nas eleições a força do coronel se manifesta com maior propriedade, porque é o momento quando ele poderá garantir a troca de votos pela parceria com o poder público. Estará pesando nessa balança a favor do coronel o número de homens e mulheres a quem tenha permitido o uso das suas terras e a quem tenha feito favores. Ou seja, o que importará para que sobreviva a aliança entre as duas faces dos setores poderosos será a acentuada miséria da maioria dos homens e mulheres do campo e sua conseqüente dependência de um líder político”.

É no processo eleitoral que surgem as características mais conhecidas do coronel. Popularmente, “voto de cabresto” ou “curral” fazem parte de uma expressão originária desde quando os eleitores eram trancados em currais de gado nas grandes fazendas e soltos em pequenos grupos, levados para votar pelo proprietário das terras ou pelo cabo eleitoral do coronel ou do candidato do coronel em quem deveriam votar. Portanto, esse sistema de dominação era intitulado como “currais eleitorais”, local de total controle do coronel. Outro comportamento particularmente praticado, no período eleitoral, era a violência, denominada de pistolagem, sobre a qual trataremos mais adiante.

No entanto, devemos ressaltar que a “morte por encomenda” consistia na busca da solução mais rápida para os problemas dos coronéis: “eliminar o adversário político, contratando capangas, ‘cabras’ ou ‘oficial de caveira’ para matá-lo” (Barreira, 1989/1990: 93).

No caso do Nordeste, as campanhas eleitorais sempre tiveram apelação muito forte aos grandes problemas locais. Diremos que um dos maiores estorvos da região, ainda não resolvido, é a seca. Foi e continua sendo um ótimo tema para a exploração dos coronéis e chefes políticos. Barreira (1992: 34) explica que “governo não perde eleição em ano de seca”. Essa máxima do sertão revela o conteúdo das campanhas eleitorais que se pautam não pela ‘promessa de dias melhores’, mas, sim, pela garantia dos recursos federais ou estaduais nas obras de cunho assistencial.

Outro instrumento comum ao domínio das eleições pelos coronéis eram as fraudes. Não muito remota, essa prática ainda hoje atinge algumas cidades do Brasil. No entanto, “para conseguir seus objetivos político-eleitorais, é capaz das maiores fraudes, muitas vezes acolhidas ou acobertadas por juízes

Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação

e promotores submissos. Fraudes na inscrição de eleitores analfabetos (...). Fraudes de coação ao eleitorado, amedrontado por capangas, pelo uso da polícia que manipula como força de coação e de coerção eleitoral. Mais tarde, quando vê formar-se oposição ao seu prestígio, empiqueta as estradas nos dias de eleição dando passagem apenas a seus eleitores; constrói 'currais eleitorais' (...); anula urnas cuja votação se lhe afigure contrária; torna e destrói documentos eleitorais" (Vilaça & Albuquerque, 1988: 38).

Apesar das mudanças de atitudes e estratégias do coronel na sociedade atual, compreendemos que alguns modelos arcaicos ainda perduram, como violência, fraudes e corrupção. No entanto, o principal ponto favorável à transição para que o coronel possa manter seu poder e domínio está voltado diretamente aos meios de comunicação. O próprio coronel manipula e intercede no início da mudança, fazendo com que seus municípios recebam sinais de TV e concessões de rádio. Com o desenvolvimento natural de cada cidade, o coronel também participava no que se refere à construção de hospitais, postos médicos, contratação de enfermeiras, médicos, professores, merendeiras, suas principais estradas asfaltadas, facilitando o trânsito para a movimentação da população e a eterna ligação entre interior e capital, sendo esta lugar ideal para educar seus filhos.

O desenvolvimento do Nordeste está vinculado à questão capitalista. Assim, na medida em que o capitalismo foi penetrando no interior, as relações não capitalistas de produção foram sendo erodidas. "As relações assalariadas cerceiam o controle pessoal, e, conseqüentemente, político do proprietário" (Andrade, 1989: 6).

Nessas circunstâncias, só tem voto quem tem algo para oferecer em troca, ou quem tem ainda mais, como aliado, o controle dos meios de comunicação.

### **Coronéis e a violência**

No Nordeste, toda forma de política extremamente fervorosa sempre termina com algum crime. A pistolagem é outro fator bastante utilizado pelos coronéis. O assassino profissional desempenha exatamente o que ordena o mandante, muitas vezes alguém influente no município. Essa espécie de acontecimento é popularmente chamada de "morte por encomenda", "crime político" ou "morte por pistolagem". O pistoleiro, no caso, é conhecido como "bandido armado", "capanga" ou "oficial de caveira", mas atualmente diante

da natureza do crime ser tão profissional, poderemos intitulá-lo como um trabalho realizado por um “prestador de serviços” ou “autônomo”, já que o pistoleiro cobra a quantia do crime de acordo com a importância e relevância da vítima.

De acordo com Barreira (1989/1990: 95), os pistoleiros atuam diretamente em duas questões:

*... o voto, que materializa a reprodução do mando político, e a terra, que preserva a dominação econômica. Nas questões da terra o grande alvo têm sido os líderes camponeses ou pessoas envolvidas nos trabalhos de organização e representação dos trabalhadores rurais. Nas disputas pela representação política, o alvo é a eliminação do opositor na esfera político-partidária, tendo como cenário disputas familiares.*

A utilização de pistoleiros só reforça a idéia de que, para manter e preservar o poder, antigos chefes políticos do sertão continuam agindo dessa maneira por extremo interesse à dominação tradicional. Nesse sentido, somente a força pode ser instrumento para se aplicar a perda do controle de antigas bases eleitorais, ou seja, como o poder não consegue se manter ou reproduzir pela hegemonia, será, então, pela força.

A violência na sociedade nordestina tem características específicas. Historicamente, devido à estrutura agrária e à total concentração de riquezas e poder de poucas famílias, entendemos que esses fatores geram a revolta que alimenta a violência. Os pistoleiros substituem, hoje, a ação dos cangaceiros, como a imagem institucionalizada da violência no campo. “Alguns coronéis mantinham exércitos particulares de jagunços para eventuais serviços, dando-lhes em troca a proteção da lei, os favores do coronel. Essa ação, contudo, sofreu modificações ao longo do tempo. Os pistoleiros tornaram-se ‘profissionais liberais’: vendem seus serviços sem depender diretamente dos favores de um coronel ou fazendeiro somente. Criou-se uma ‘rede de serviços’, em que a imagem de ‘perigoso e violento’ do próprio pistoleiro sobressaltava-se à dos seus mandantes” (Ferreira, 1994: 23).

Hoje, os pistoleiros não são jagunços ou capangas, agregados ao coronel, como ocorria no início do século. Atualmente, eles mantêm um certo distanciamento das atividades agrícolas, embora mantenham algum contacto, laço pessoal, de dependência a algum determinado proprietário rural. Nesse raciocínio, Barreira (1989/1990: 107) explica que os pistoleiros ganharam uma dimensão interestadual, ou seja, eles atuam em vários estados nordestinos.

Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação

Podemos concluir, então, que os pistoleiros não são tão protegidos pelos coronéis e, sim, são protegidos pela “instituição da violência”.

Nesse contexto de violência, centralização do poder, fraudes eleitorais e benefícios dos meios de comunicação locais aos poderosos, encontra-se a estrutura social e política de uma das regiões mais atrasadas do país, sobretudo as áreas rurais nordestinas.

Não podemos afirmar o fim do coronelismo tradicional, hoje, mas o surgimento do “neo-coronelismo” - “conceito utilizado com base em novos estudos e na conjuntura política da eleição de 1982” (Andrade, 1989: 7).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. O fim dos coronéis e o neocoronelismo. *Revista Leitura*. São Paulo, 1989.
- BARREIRA, César. Pistolagem e política: a morte por encomenda. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, vol. 20/21, n°s 1/2: 73 a 92, 1989-1990.
- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BLONDEL, Jean. *As condições de vida política no estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos*. 2° ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec/SUDENE, 1987.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 1° e 2° v. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1977.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. São Paulo: Folha de S. Paulo e Nova Fronteira, 1995.
- FERREIRA, Ofélia. *Modernização e liberalismo: a substituição do coronelismo pela democracia-liberal no Estado do Ceará a partir de 1986*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Metodista de São Paulo - UMESP.

- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 442 p.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976. 273 p.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o (caso) dos Paulo*: Anablume/Edições UFC, 1995. 249 p.
- O'DONNELL, Guilherme. *Sobre o 'corporativismo' e a questão do Estado*. Cadernos DCP, (3), março, 1976.
- PAULINO, Francisco Souto. *Nordeste, poder e subdesenvolvimento sustentado: discurso e prática*. Fortaleza: Edições da UFC, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- VILAÇA, Marcos Vinícius & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.